

A INDETERMINAÇÃO DO SIGNIFICADO E A METALINGUAGEM

Solange Coelho VEREZA (UFF)

ABSTRACT: The concept of indeterminacy and of its linguistic manifestations such as vagueness, ambiguity, indirectivity and metaphor imply the possibility of the existence of opposing phenomena such as literality, determinacy and semantic transparency. In this paper, this dichotomy is treated as problematic. As result, we propose a conceptualization of indeterminacy where this is viewed not as a characteristic of interaction or discourse processing, but as a phenomenon of metalanguage. Aspects of discourse which seem to reflect a set of assumptions about the stability of meaning are analysed and treated as evidence of the metalinguistic nature of (in)determinacy.

A indeterminação representa um conceito ainda bastante polêmico nos debates em torno da significação e da produção de sentidos. Uma das questões que surgem desse debate seria a caracterização de uma série de fenômenos, como a vagueza, a ambigüidade, a indiretividade e a metáfora, como manifestações da indeterminação, o que parece implicar a possibilidade da existência de outros fenômenos supostamente opostos como a literalidade, a indiretividade e a transparência semântica.

Pretende-se nesta contribuição problematizar essa dicotomia e propor uma conceituação de indeterminação/determinação a partir de seu papel no próprio processo de reflexão sobre a linguagem e o sentido de uma maneira geral.

1. A indeterminação como "resto"

Os fenômenos normalmente associados à indeterminação do sentido sempre foram ignorados como até mesmo explicitamente descartados como objetos dos estudos da linguagem. A metáfora, por exemplo, desde o início da tradição platônica aristotélica no pensamento ocidental, vem sendo considerada apenas como uma distorção lingüística ou um recurso da linguagem poética ou da retórica, e, por isso, um objeto inadequado à reflexão ou à investigação acerca da linguagem.

Como a metáfora, vários outros fenômenos vem sendo considerados distorções lingüísticas ou simplesmente idiosincrasias manifestadas no uso da linguagem. Esses fenômenos, no projeto cientificista do nosso século, têm sido caracterizados como manifestações da fala (parole) ou do desempenho (performance), para usar os conceitos clássicos de Saussure e Chomsky.

Lecerle (1990), caracteriza essa dimensão da linguagem, considerada por muitos epistemologicamente inapropriada por não se adequar a moldes teóricos de análise lingüística, como o "resto" ("the remainerr) da linguagem. A metáfora, os atos de fala indiretos, a ambigüidade, a vagueza, as chamadas "exceções" gramaticais ou até mesmo muitos dos "erros" estariam além das fronteiras do que seria aceitável pela lingüística canônica, e, por isso mesmo, fariam parte desse resto.

Para Lecerle, o resto não seria aleatório, nem uma marca de possíveis falhas de uma determinada teoria. O resto se encontraria na dimensão do que ele chama de lalangue, conceito proveniente da teoria psicanalítica lacaniana.

* Simpósio "A Indeterminação do Significado e os Dilemas da Atividade Interpretativa".

Lalangue seria a linguagem em jogo; o excesso de sujeito que desfaz a língua (langue), e que permite o constante embate entre o seguir regras e o quebrar regras. O resto representaria, assim, pontos de subjetividade emanantes do inconsciente que permitem lalangue ameaçar constantemente o sistema e a suposta arbitrariedade que o caracteriza. O que seria tratado no sistema como "falta" é tratado pela "lalangue" como excesso.

Segundo o autor, no entanto, esse resto não estaria fora da gramática, mas sim dentro da gramática. Para usar uma metáfora proposta por Lecercle, não seria o caso de, ao se retirar toda areia, a tumba de Tutankamomn ser revelada, pois a própria tumba seria feita de areia (cf, p. 41). Dessa forma, torna-se praticamente impossível separar o subvertor (lalangue, o resto) do subvertido (langue): ambos se constroem mutuamente.

Podemos pensar, então, que os fenômenos da indeterminação ou do resto ("do lado de lá da fronteira") são normalmente isolados daqueles do sistema ("do lado de cá da fronteira") através de um critério basicamente metodológico: retira-se o sujeito do objeto, e com isso, retira-se também o contexto no qual sujeito e objeto se constroem mutuamente. O resultado dessa "higienização" do objeto é o surgimento de dicotomias e de categorias que simplificam em extremo os fenômenos que aparentemente retratam. A descontextualização da linguagem torna indeterminado o que, no contexto, apresenta-se muitas vezes como inequívoco e, por outro lado, coloca como determinado aquilo que, pela própria natureza da lalangue que "fala o sujeito", é essencialmente indeterminado. A noção de ambigüidade seria um desses fenômenos.

2. A ambigüidade

Quem ou o quê é ambíguo: o sujeito ou a linguagem? Partindo-se de uma "teoria do resto", devemos pressupor a condição intrinsecamente indeterminada, e ao mesmo tempo determinada, do sentido, uma vez que esse seria essencialmente fruto da relação nem sempre harmônica entre langue e lalangue: do convencional com o imponderável. No entanto, a questão da ambigüidade pode ser também iluminada a partir de recortes teóricos contextualistas, como aquele proposto por Fish (1980, 1989), que situa o sujeito interpretante e o sentido em situações de uso da linguagem.

A ambigüidade sempre se mostrou problemática para a maior parte dos lingüistas. Um dos teóricos que mais discutiu essa noção foi Ullmann (1987). Segundo o autor, a ambigüidade pode estar na dimensão fonética, gramatical ou lexical. O primeiro caso se evidenciaria na homonímia, o segundo, por exemplo, em certos tipos de coordenação; e o terceiro, que seria o de maior interesse para o semantista, a polissemia.

Em todos os casos, a ambigüidade é tratada como uma característica semântica que, a princípio, implicaria falhas na comunicação. Desde Aristóteles, a polissemia é vista como um problema por "permitir ao sofista desorientar os seus ouvintes". Em outras palavras, era um artifício da retórica e um grave "defeito da linguagem".

Na semântica estruturalista, a ambigüidade seria uma característica lingüística que reforçaria a tese de um "duplo sentido" no significado da sentença. O literal teria que ser "buscado" e, para isso, uma análise dos traços semânticos do elemento ambíguo seria essencial. O exemplo proposto por Marques (1990) a partir de Katz seria o da expressão "Tome o seu café", onde "tomar" teria os elementos "trazer para si" "substância comestível" "do plano físico externo para o interno"(=ingerir, beber), e os componentes "trazer para si" "objeto físico" "plano físico externo"(=receber, pegar, tomar posse). A análise componencial de "café" poderia ser também de natureza dupla: o café comestível e o café objeto físico, cada uma das formas compatível com uma das estruturas semânticas de "tomar" (p.112-113).

Dessa forma, a ambigüidade seria uma característica semântica a ser "resolvida" semanticamente: pela análise componencial ou, no nível gramatical, até mesmo pela análise transformacional. Nesse último caso, teríamos que buscar a "estrutura profunda" da sentença para podermos compreender a ambigüidade, como no clássico exemplo de Chomsky "Visiting aunts can be a nuisance", que poderia ter o sentido de "visitar tias pode ser uma chateação" ou "tias que fazem visitas podem ser uma chateação". Isso seria um exemplo de ambigüidade pois teríamos uma única "estrutura superficial" para duas "estruturas profundas". Assim, o sentido literal teria que ser buscado em uma segunda dimensão. Mas, na ambigüidade, essa "segunda camada" conteria mais de uma possibilidade de sentido. Por qual delas optar?

O próprio Ullmann reconhece que além das "salvaguardas especiais que contribuem para minorar as conseqüências da ambigüidade", essa, na grande maioria dos casos, "será desfeita pelo contexto" (p. 328).

Se partirmos de uma visão contextualista de linguagem, a ambigüidade não seria somente "resolvida" pelo contexto. Na verdade, a ambigüidade, da forma que é apresentada pelas teorias lingüísticas, nem sequer surgiria como tal em uma situação discursiva. Como sugere Channell (1994): "A ambigüidade é raramente um fator problemático na comunicação real uma vez que os interlocutores constróem o sentido até mesmo sem se darem conta que talvez pudesse haver um outro" (p.35).

Além disso, o próprio Lyons, que se auto-denomina um "semanticista lingüista" (1995) admite que a ambigüidade é "frequente e erroneamente associada à visão de que todas as sentenças têm um sentido preciso e determinado"(p.203).

Se rejeitarmos a possibilidade de uma dimensão subjacente de sentido estável que sustentaria a significação (uma possível essência, estrutura, ou base semântica), isto é, um significado da sentença permeando o significado do falante, a própria noção de ambigüidade perderia o seu fundamento, vindo a ser apenas um recurso metalingüístico ou poético que pode explicar certos "jogos de linguagem", para usar aqui o conceito clássico de Wittgenstein, nos quais o "duplo sentido" se faria presente. No mais, as condições de produção do discurso, a natureza dos jogos de linguagem que o fundamentam e o fato de os falantes

compartilharem a experiência desses jogos garantem, na grande maioria dos casos, um sentido "inescapável" e, portanto, determinado.

Dentro do "ninho interpretativo" onde o sentido é produzido "nem sequer temos de excluir os restantes significados da palavra: estes significados não surgem perante nós, não cruzam o limiar da nossa consciência". Na verdade, se rejeitarmos a possibilidade de uma dimensão subjacente de sentido a partir da qual os sentidos seriam "projetados" no uso, não haveria "significados restantes" à espera de uma manifestação "na consciência". Esses somente ocorreriam em jogos específicos de natureza retórica, poética ou metalingüística.

A ambigüidade seria, então, uma noção que pressuporia a descontextualização da linguagem, ou, como não há linguagem sem contexto, a inserção da linguagem em um jogo cuja ação se daria em torno da própria linguagem.

O sentido, assim deslocado das produções de discurso não metalingüísticas ou poéticas, pode tornar-se ambíguo, indeterminado, vago, indireto, ou, até metafórico.

Sabemos, por exemplo, que o que é considerado metafórico para o analista da linguagem muitas vezes não o é para o falante: o que acontece é que ambos estão engajados em diferentes tipos de jogos de linguagem.

Na verdade, fora de uma situação de uso, o sentido só não é indeterminado se estiver associado a um contexto específico que, por estar tão atrelado à expressão lingüística, torna-a óbvia, ao mesmo tempo tornando ele próprio imperceptível. Esse é o caso das expressões que parecem manter uma relação unívoca entre forma e sentido (as ditas "literais" ou "transparentes"). Quando se diz que há ambigüidade, há simplesmente mais contextos associados à expressão lingüística, que podem evidenciar-se quando essa expressão torna-se objeto auto-reflexivo. O papel do contexto é sempre, então, determinante. Dizer que uma expressão é ambígua é colocá-la "entre aspas" e inseri-la em um jogo de probabilidades: quais os possíveis contextos? quais as possíveis interpretações? Os jogos são vários: há a poesia, as charadas, os trocadilhos, a retórica, a estilística e, até, mesmo, a análise semântica, um jogo que, ao contrário dos outros, foi institucionalmente legitimado como "científico".

3. A metáfora

Como a ambigüidade, a metáfora também pode ser vista como parte de jogos de linguagem que colocam a própria linguagem como objeto de si mesma ou chamam a atenção para a própria linguagem. Vista tradicionalmente como fenômeno central da indeterminação, a metáfora tem sido recentemente conceituada tanto como um fenômeno inerente ao próprio pensamento e à construção da realidade, quanto como uma prática em si mesma.

Toolan (1996:56)), por exemplo, afirma que a metáfora "não é nem um processo nem uma coisa, mas o nome de uma prática". Além disso, se a metáfora for considerada como um fenômeno da indeterminação, isto somente iluminaria o fato de que a significação em geral seria fundamentalmente indeterminada, uma vez que a linguagem não metafórica não se diferenciaria na sua essência da linguagem não metafórica.

Além disso, o que poderia ser considerado metafórico, o seria apenas para os falantes que estivessem atentos à língua em si, isto é, engajados em algum tipo de prática meta-lingüística ou meta-discursiva onde a linguagem simplesmente "salta aos olhos".

Enquanto alvo de interpretação, a metáfora, tanto a convencionalizada como a criativa, pode ser tão determinada, e ao mesmo tempo indeterminada como toda a linguagem, e, nesse caso, só seria uma metáfora para alguém que a tomasse como foco de investigação lingüística.

Mais do que afetar a compreensão, a metáfora produz, segundo Davidson, (1979) efeitos de sentido que não estariam em qualquer conteúdo proposicional da metáfora enquanto expressão lingüística. A metáfora seria um uso ou prática através da qual o sujeito é convidado a estabelecer relações que não necessitariam da passagem por um possível nível de literalidade.

Segundo Lecercle, a metáfora seria, essencialmente, uma parte do resto se impondo no discurso através da linguagem. Além disso, um dos efeitos da metáfora, mesmo daquelas mais cristalizadas, seria o de transpor para o discurso a dimensão diacrônica do sentido. Dessa forma, uma metáfora "morta" pode trazer em si a marca explícita da mudança lingüística. Resta saber se esse efeito é obtido em falantes não familiarizados com jogos metalingüísticos que parecem remeter à diferentes facetas da linguagem.

Por outro lado, pode-se argumentar que, quando não compreendemos uma expressão lingüística qualquer, deparamo-nos inevitavelmente com a indeterminação.

Mas o mesmo acontece com um discurso obscuro (um texto não coerente) mesmo que esse não seja caracterizado por metáforas, sentenças ambíguas ou semanticamente vagas.

Nesse caso, o estranhamento leva a alguma forma de reflexão, estranhamento esse que pode ser caracterizado como uma "charada", segundo Davidson (1979), que não envolveria necessariamente uma passagem pelo literal.

Em uma pesquisa conduzida por Zanotto (1995), procurou-se investigar a adequação do modelo dos estágios (Ortony,1984) para a compreensão de metáforas de invenção (em oposição a metáforas de uso: idiomáticas e já automatizadas). Os estágios que a princípio caracterizariam o processo de compreensão na metáfora na leitura seriam os seguintes: 1) percepção da ruptura: "desautomatização do processo da leitura, desacelerando-o e constituindo um problema"(p.237), e 2) construção da paráfrase interpretativa: "o leitor expressa sua compreensão construindo uma ou duas paráfrases interpretativas" (p.242).

Metade dos informantes que fizeram o protocolo individual permaneceu no primeiro estágio (percepção da ruptura) mas entre esses, apenas um conseguiu ir para o segundo estágio e apresentar uma paráfrase interpretativa; isto é, a leitura foi desautomatizada, houve a identificação de um problema mas não houve uma solução para esse. Por outro lado, entre os alunos que apresentaram paráfrases interpretativas, apenas um passou pelo primeiro estágio, o que sugere uma

compreensão automática da metáfora. Na verdade, não se pode aqui nem sugerir a "solução" de um problema uma vez que esse problema parece não ter existido. Ao meu ver, não houve a imposição de qualquer tipo de "charada", a não ser aquela natural em qualquer uso da linguagem.

Segundo a autora, o fato de que os estágios foram "mutuamente exclusivos (quando um era elicitado, o outro não o era(p.244))" levanta as seguintes questões: "Será que os leitores para quem a metáfora constitui um problema se tornam conscientes do primeiro estágio e assim o elicitam? E para aqueles leitores para os quais a metáfora não constitui problema, o primeiro estágio não é consciente ou não existe? Será que, para aqueles que sentem a metáfora como um problema, o processo de compreensão é desautomatizado e por isso o primeiro estágio se torna evidente, empiricamente?"(ibid).

A meu ver, a percepção de ruptura só acontece por ter ocorrido a ruptura: o sentido se desautomatiza ou pela falta de sintonia entre as várias vivências discursivas que o leitor vivenciou com o termo em questão e aquele novo contexto onde o termo foi encontrado, ou pela falta de familiaridade com as "características interpretativas" do discurso poético. A percepção dessa ruptura acontece juntamente com a ruptura.

Quando não há a percepção da ruptura, não se pode dizer que houve realmente a ruptura. Nesse caso, o sentido metafórico faz parte do discurso como um todo e por isso muitas vezes nem é percebido como metafórico (como um desvio ou extensão de um outro sentido "literal"). Ele se apresenta como possibilidade significativa natural no processo da leitura não causando assim uma necessária ruptura, nem criando uma charada. O mesmo parece acontecer com vocábulos considerados não metafóricos porém desconhecidos para um determinado falante. Quando o contexto é suficientemente rico e coerente com o conhecimento prévio do falante, o vocábulo desconhecido parece muitas vezes não causar uma quebra na compreensão do discurso.

Ele pode ser não só compreendido como também assimilado como futura possibilidade significativa. Podemos assim, possivelmente, compreender a sabedoria popular que diz que "para bom entendedor meia palavra basta"

4. O sentido literal

Nesse raciocínio, o sentido literal seria produto dessas mesmas práticas: visto como parte do paradigma da "determinação", ele só "existe" através da sua relação com o paradigma da indeterminação, no qual a ambigüidade se encontra. Dessa forma, o sentido literal pode ser visto essencialmente como um pressuposto característico da prática que transforma a linguagem objeto de si mesma.

Além de expressões como "ao pé da letra", "o significado da palavra" e "força de expressão", que parecem indicar o pressuposto da literalidade, há ainda outras que o evidenciam ainda mais explicitamente. A expressão "literalmente", ou as alusões diretas ao sentido literal, parecem marcar o pressuposto da existência de um sentido transcendental e estável. Mencionar explicitamente essa possibilidade implica o

domínio de regras de jogos meta-discursivos que parecem ter como princípio o descolamento do sentido da complexa rede de uso para se fazer algum tipo de comentário irônico ou humorístico, por exemplo. Frequentemente, esses comentários não adicionam nada de substancial ao "tópico central do texto", por isso, podem estar manifestando uma função menos referencial do que poética ou metalingüística, para usar as noções de Jakobson (1988).

Segundo o lingüista, a função referencial seria aquela que enfocaria o referente ou o contexto, isto é, "alguém de que se fala" (p.128). Já a função metalingüística remeter-se-ia à linguagem "que fala sobre a linguagem" (p.127) e que, de acordo com Jakobson, poderia se manifestar não só em teorias ou na ciência, como também na linguagem cotidiana. A função poética, por outro lado, iluminaria a mensagem em si e, assim, seria um "discurso dentro do discurso"(p.150). Por isso, acreditamos que muitos dos casos de referência à literalidade funcionariam como um recurso tanto metalingüístico como, de uma certa maneira, poético.

Alguns exemplos:

- a) "Que o carioca é festeiro não restam dúvidas (...). Aproveitando justamente esta característica, tem muita gente fazendo a festa. Literalmente. (...). São as festas pagas que concorrem com bares e boates..." (Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1996, p.27).

Uma brincadeira "simpática" com os cariocas e com a linguagem: usar o conhecimento da expressão "fazer a festa" em seus dois sentidos aparentemente convencionalizados. Indicar o conhecimento de que a literalidade estaria no "fazer a festa mesmo". No entanto, se não houvesse essa referência, pensar-se-ia no "sentido literal" de "fazer a festa"? A referência explícita à literalidade não implica trazer à tona uma dicotomia que exista realmente no discurso (a essência, o literal, subjazendo ao uso; retirar o "type" do "token"); mas implica o conhecimento de jogos que pressupõem a literalização do sentido como parte integrante desse jogo.

- b) "Creio tratar-se daquilo que em metodologia de pesquisa denominamos, sem nenhum deboche, amostra viciada." (carta de leitor do Jornal do Brasil, em referência a um artigo relacionando o meio artístico com consumo de drogas, 9 de setembro de 1986).

A função meta-discursiva do jogo de linguagem (nesse caso, jogos de palavras), evidencia-se aqui ainda mais claramente: a referência indireta à literalidade de "amostra viciada" explicita o pressuposto (parte das regras desse tipo específico de jogo) de que podemos usar a dicotomia sentido literal X sentido em uso para criarmos efeitos de ironia ou até de deboche. Como no exemplo anterior, a referência a uma suposta literalidade não altera o tópico do discurso. Mas ressalta uma expressão lingüística para que essa chame atenção para si mesma, a fim de que o falante possa assim fazer uma brincadeira ("sem querer debochar mas debochando...", "sem querer fazer um trocadilho, mas marcando o fato de que sei e de que posso fazê-lo"...).

c) "Entre as muitas habilidades que se exige de um ocupante do posto de prefeito da cidade, nenhuma é tão desgastante quanto a vocação para pagar mico. Às vezes, essa vocação é exercida de forma literal, como aqui no Rio de Janeiro, cidade que obriga seu administrador (...) a conviver com um macaco trapalhão de zoológico." (Jornal do Brasil, 22 de agosto de 1996).

A princípio, nada melhor do que um "trocadilho" para tratar de um tema cômico, como o da reportagem acima. Aqui, parece tratar-se de uma forma deliberada de jogar com a oposição sentido literal/sentido em uso para criar um efeito humorístico no texto. Poder-se-ia dizer, no entanto que o sentido literal de "pagar mico" seria "dar dinheiro"(ou uma outra forma de pagamento) a um tipo de símio?

Isso só se coloca em questão quando se opera um jogo meta-discursivo que implica a dicotomia literal X uso, dicotomia essa já parte do imaginário da comunidade que compartilha esses jogos.

d) "Milton Nascimento tem mesmo que tirar o boné para Gabriel Vilela. Sob a direção do diretor mineiro, o cantor recuperou o vigor que havia perdido nos últimos anos" (Jornal do Brasil, outubro, 1996)

Esse seria um exemplo de que, além do conhecimento supostamente compartilhado sobre o uso constante de boné pelo cantor, haveria também um outro conhecimento tácito em jogo: a familiaridade com a expressão "tirar o chapéu" (associada aqui a "tirar o boné") normalmente significa "reconhecer o mérito", e com outras situações onde tirar o boné significa "remover o boné da cabeça". Além disso, há uma outra regra que parece aqui se evidenciar: aquela que permite, em determinadas situações, fazer uma alusão a um suposto sentido literal (no caso o sentido "b") que estaria sendo contrastado como o outro "não literal" (o "sentido a").

A expressão "mesmo" (tem mesmo que tirar o boné) evidencia esse pressuposto.

Afinal, o sentido "não literal" (reconhecer o mérito), não é o sentido "mesmo", ou o sentido "próprio" ou adequado: ele é apenas um desvio.

A felicidade desse jogo em particular deveu-se ao fato, mais tarde relatado no artigo, de que o cantor, orientado pelo diretor, teria que tirar o seu famoso boné (que sempre o acompanha) durante o seu novo show. O conhecimento desse fato, juntamente com o conhecimento das regras do jogo metadiscursivo que pressupõe a oposição sentido em uso X sentido literal, parece fundamentar essa passagem.

Uma rápida investigação nas edições do jornal a Folha de São Paulo do ano de 1994 (todos os cadernos incluídos) mostrou que a expressão "literalmente" foi usada 232 vezes. A maioria dessas aparecem em textos publicados nos cadernos culturais ("Folha Ilustrada" e outros do gênero), cadernos esses que estão em larga desvantagem quantitativa em termos do conteúdo dos outros cadernos do jornal como um todo. E mesmo aquelas passagens de conteúdo mais informativo aparecem em textos referentes a conteúdos considerados, a princípio, menos "sérios" ou formais, como esportes e assuntos ligados ao cotidiano da cidade. O grau de formalidade dos textos referentes a esses assuntos parece estar em

oposição aos de assuntos referentes à política, economia e notícias internacionais (não incluindo aqui os editoriais). Especula-se, assim, que o "brincar" com a linguagem possa fazer parte de jogos característicos de situações menos formais onde o discurso "poético" ou "meta-discursivo" se auto-promova.

A noção de sentido literal, então, parece ser uma peça importante para o funcionamento de determinados jogos de linguagem. Quem os souber jogar, legitima-se indiretamente como "detentor" do conhecimento das nuances da língua (os experts, como diria Toolan (1996)) a apropriar-se de uma suposta "estrutura profunda" da língua e revelá-la para aquela parcela da comunidade que, tendo vivenciado experiências com jogos semelhantes, teria a "capacidade" de compreendê-la. Como "brincar", "manipular", enfim, colocar o discurso "entre aspas" sem um sentido que se torna, para esse fim, objeto do metadiscorso? Se o sentido nos toma (e doma), porque não transformá-lo em entidade para podermos tomá-lo (e domá-lo) também?

Poderíamos levantar a hipótese de que os exemplos discutidos brevemente aqui pertenceriam a uma "família" de jogos cujas semelhanças parecem se encontrar em um certo nível de reflexão sobre a linguagem, isto é, uma linguagem que se sobressaia do contexto e que parece "chamar atenção para si mesma". Como os provérbios que, segundo Haskell (1987), "saltam do contexto de uso a fim de comentar sobre ele"(p.127), certas piadas, trocadilhos, e a própria linguagem figurada, as alusões à literalidade marcam um jogo que se alimenta de várias assunções sobre a linguagem, entre elas a do próprio sentido literal. Nesses jogos, a metáfora da literalidade, através da qual o sentido é visto como uma entidade, encontra o seu "habitat discursivo mais acolhedor": aqui o sentido literal parece realmente ("literalmente"?) "saltar aos olhos".

5. Conclusões

Parece então haver uma clara- mas necessária- discrepância entre o chamado "uso prático" da palavra (Jackobson, p.67) e as diversas tentativas de deslocá-la da malha contextual do sentido para que possa servir a outro tipos de jogos. Jogar esses jogos parece implicar uma "consciência metalingüística"; entretanto, preferimos evitar esse conceito pois o termo "consciência" pode implicar um conhecimento explicitável.

Preferimos simplesmente supor que esses jogos pressupõem vivências com experiências nas quais esses próprios jogos se realizam, experiências essas que colocam o sujeito, como no caso da relação da criança com a fala letrada (Rojo, 1994), "diante da linguagem", passando ao papel de intérprete deste próprio objeto constitutivo" (p.56).

Pode-se então sugerir que a dicotomização entre a indeterminação e a determinação, apesar de ter provavelmente validade metodológica, não parece ter, necessariamente, realidade ontológica. O que é determinado ou indeterminado, a partir do contexto no qual sujeitos interagem em plena linguagem em uso, pode ser indeterminado ou determinado, respectivamente, fora desse uso.

Sendo assim, preferiu-se optar por uma conceituação geral dos aspectos relacionados tanto à determinação, como o sentido literal, quanto à indeterminação, como a ambigüidade e a metáfora, como um olhar específico sobre a própria linguagem que, de uma certa forma, a problematiza a partir de seu próprio uso ou a retirando desse. É a metalinguagem se revestindo de resto; é o excesso transbordando na ação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CHANNELL, J. *Vague Language*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- DAVIDSON, D. What metaphors mean. In: S. Sacks (org.) *On Metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- FISH, S. *Doing what comes naturally: change, rethoric and the practice of theory in literary and legal studies*. Durham: Duke University Press, 1989.
- _____. *Is There a Text in this Class?: The authority of interpretative communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- HASKELL, R. A phenomenology of metaphor: a praxis study into metaphor and its cognitive movement through semantic space. In: R.E. Haskell, *Cognition and Symbolic Structures: The psychology of metaphoric transformation*. Norwold: Ablex Publishing Cooperation, 1987
- JACKOBSON, R. *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*. Em: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- LECERCLE J. J. *The Violence of Language*. Londres: Routledge, 1990.
- LYONS, J., *Linguistic Semantics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MARQUES, M. H. D. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- ORTONY, A. (Org.) *Metaphor and Thought*. 2a edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 (1a edição 1979).
- ROJO, R. H. R. A noção de "fala letrada": implicações psicolingüísticas. *Estudos Lingüísticos XXIII: Anais de Seminários do GEL*, vol.1, 51-58, 1994.
- TOOLAN, M. *Total Speech: an integrational approach to language*. Londres: Duke University Press, 1996.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- ZANOTTO, M.S. O processo de compreensão da metáfora na formação dos professores de língua materna. In: Paschoal, M.S.Z. & Celani, M.A.A. (orgs.). *Lingüística Aplicada: da lingüística aplicada à lingüística transdisciplinar*. São Paulo: Educ, 1992, pp. 233-246.
- BRÉAL, M. *Essai de semantique*. Science des significations, Paris, 1924, citado em Ullmann (1987) p.348.